Exmo Senhor Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro,

Caros colegas parlamentares, Deputado Pedro Uczai, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do PNE,

Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação,

Deputado Leo de Brito, Presidente da Subcomissão do PNE - Comissão de Educação,

Caro Professor Luiz Dourado, conselheiro do Conselho Nacional de Educação,

Srs. expositores das Mesas deste Seminário, que se propõe a debater o PNE e o futuro da Educação brasileira,

Caros representantes das organizações da sociedade civil,

Sras e Srs,

Muitos de nós nos encontramos na tarde de ontem, no Ministério da Educação, em momento de celebração do primeiro ano de passagem do PNE, momento em que foram editadas portarias que deram concretude a algumas metas do PNE:

- a Estratégia 17. 1 do PNE cumpriu-se com a criação do Fórum de acompanhamento do piso salarial dos professores;

- os Parágrafos 5º e 6º do art. 7º da Lei nº 13.005 de 2014, que aprovou o PNE, e que se referem à criação de **instância permanente de negociação e cooperação federativa,** foram também contemplados, por meio da portaria que instituiu comissão, com representantes de estados, municípios e da União, para tratar das metas do plano;

- a homologação do Parecer do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Parecer nº 2, de 2015, referente às diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica, deu um importante passo para o cumprimento da Meta 15 do PNE. Para cumpri-la plenamente, sua Exª assinou outra portaria, que propõe uma consulta pública sobre o texto base da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Até o final da tarde de ontem, 21 Estados e o Distrito Federal já estavam em adiantado estágio de cumprimento da meta de elaboração de seus planos de educação, sendo que 8 já contam com a lei do plano sancionada.

 Ao mesmo tempo, 5019 municípios haviam elaborado projeto de lei de seus planos de educação.

Quem ainda não concluiu todas as etapas, continuará o esforço para fazê-lo, com apoio de seus conselhos de educação, entidades da sociedade civil e, eventualmente, atendendo ao chamado do Ministério Público, para atender a Termos de ajuste de conduta.

O que me parece essencial, como afirmei ontem, é que **o PNE está em movimento.**

Esta é uma constatação que fiz, desde que assumi a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e procurei integrá-la no esforço de múltiplos atores do cenário educacional que acompanham o PNE.

O encontro de hoje, neste auditório da Câmara dos Deputados, mais que uma celebração, envolve também um esforço de avaliação da trajetória do PNE até aqui e, sobretudo, uma reflexão para contribuir para que esta trajetória se dê da melhor maneira possível.

Nos termos da Lei do PNE, ao lado do MEC, do Fórum Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto do Senado Federal, **a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados** é uma das instâncias responsáveis pelo monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas.

Diante desta responsabilidade, como presidente da Comissão, tenho buscado apoiar os múltiplos atores que tem se proposto a acompanhar o PNE.

Assim, pudemos receber o Ministro da Educação, em encontro da Frente Parlamentar Mista de Educação, coordenada pelo nobre deputado Alex Canziani, ocasião em que pudemos, além de apresentar-lhe nossas boas vindas, reafirmar nosso compromisso e de todos os parlamentares da Comissão de Educação, com as metas do PNE.

Isto em esforço coletivo e suprapartidário.

Colocamos a Comissão de Educação ao lado desta frente parlamentar, assim como da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação, conduzida pelo nobre Deputado Pedro Uczai, e que realiza hoje, como atividade formal, oficial, da pauta Comissão de Educação, este seminário sobre "O PNE e o Futuro da Educação Brasileira".

Constituímos, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, monitorar e avaliar o processo de implementação das estratégias e do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE.

Esta Subcomissão, presidida pelo nobre Deputado Léo de Brito, auxiliado pelos nobres deputados Bacelar e Moses Rodrigues, tem se movimentado no sentido de estabelecer contatos com as demais instâncias de monitoramento do PNE e acompanhamento das metas.

A Comissão de Educação oferecerá em seu *site* na internet o material público recolhido em todas as audiências públicas que temos feito e pretendemos realizar acerca dos temas abordados no PNE. São apresentações e *links* para o áudio e vídeo destas audiências - e convidamos a todos para que os acessem.

Colocamos à disposição, também, estudos, como o da consultoria legislativa da Casa - acerca dos **prazos intermediários** contidos no Plano, de forma a permitir um acompanhamento dos marcos que o PNE estabeleceu como relevantes em sua trajetória.

Se chegamos ao dia de hoje – um ano de PNE – com algumas metas em processo de execução, cabe olhar para futuro e preparar o terreno para que se dêem os próximos passos.

Não nos esqueçamos: temos vinte metas e 254 estratégias no caminho.

Entre estes passos, destaco a construção do chamado **custo aluno qualidade** (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação básica de qualidade e meio de conferir sustentabilidade financeira ao PNE. É o CAQ que justifica o percentual de investimento de 10% do Produto Interno Bruto em Educação.

Com a edição da Portaria nº 459, de 12 de maio de 2015, que constituiu grupo de trabalho para elaborar estudos sobre o tema, deu-se um passo importante.

Como mencionei ontem, neste aspecto, não podemos permitir que preocupações de curto prazo com o ajuste fiscal, ainda que legítimas, contaminem os instrumentos de médio prazo (PPAs) e longo prazo (PNE).

A discussão do PPA 2016-2019 será um momento emblemático para que continuemos a sinalizar, como fizemos ontem e fazemos hoje, o compromisso com a educação. A Comissão de Educação estará atenta a este processo.

Outro aspecto sensível para o bom desenvolvimento do plano é a constituição do sistema nacional de educação e do regime de colaboração, com a definição das normas de cooperação federativa.

Cobramos de estados e municípios a elaboração dos planos.

Cobramos do MEC o encaminhamento de questões como o custo-aluno-qualidade e da base nacional comum, que, aliás, deve ser precedida por consulta prévia, nos termos do PNE, consulta que esperamos seja realizada neste ano.

Cobramos do CNE, a aprovação de diretrizes.

Mas não podemos, nós parlamentares, deixar de lado a nossa tarefa. Dou como exemplo, a regulamentação do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para estabelecer, por meio de lei complementar, as normas de cooperação entre os entes federados em matéria educacional, é tarefa nossa, do Congresso Nacional.

Não vamos nos furtar a este desafio.

E, para vencê-lo, precisamos de discussões como a de hoje.

O PNE está em movimento. Este seminário é um exemplo disso.

Um seminário sobre o PNE e o futuro da educação brasileira.

Ora, o futuro é feito da soma de passados e presentes encadeados.

Nossa tarefa começa já.

Bom seminário a todas e todos.

Obrigado.